



EDIÇÃO 215 DEZEMBRO 2019

**DECISÃO**

Justiça  
Eleitoral é de  
competência  
só da estadual

PÁGINA 3

Judiciário é  
poder mais  
bem avaliado,  
diz pesquisa

PÁGINA 4

Fortalecimento  
da classe  
foi meta da  
diretoria

PÁGINAS 10 E 11



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram  
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

# Ações no STF são nova fase na defesa da classe

EDUARDO ROCHA



Capital Inicial embala o encontro de conagraçamento da Magistratura

## Mil associados celebram união da Magistratura

Com a participação de cerca de mil presentes, entre magistrados e seus familiares, a Magistratura mineira enalteceu a união da classe durante o Encontro de Congraçamento da Amagis. A noite foi animada pelo Capital Inicial. **PÁGINAS 12 A 15**

A Amagis e Associações estaduais de magistrados, em atuação conjunta com a AMB, ingressaram com Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no STF, questionando dispositivos da Lei da Impunidade e da reforma da Previdência. O primeiro avanço já foi obtido com a decisão do ministro Celso de Mello, que considerou urgente a ADI que questiona a criminalização da classe. Com relação à nova Previdência, as Associações também recorreram ao Supremo.

**PÁGINAS 4 E 5**

**+ SAÚDE!**

**INCLUSÃO DE USUÁRIOS VISA  
FORTALECIMENTO DO PLANO**

**PÁGINA 32**

# TRÊS RAZÕES PARA MANTER A CABEÇA ERGUIDA E ACREDITAR

POR ALBERTO DINIZ\*

**“A aprovação popular é indicador concreto para enfrentar ataques dos quais a Magistratura e o Judiciário têm sido alvo constantes”**

Quando achavam que estávamos abatidos, mostramos exatamente o contrário: estamos unidos, fortes e comprometidos com a missão que assumimos. E mais, respaldados pela Constituição. Por várias razões. Parafraseando o moleiro de Sans-Souci, ainda há Constituição em Brasília. Isso nos leva a perseverar, convencidos de que, quando acaba uma atuação, começa outra.

Fizemos de tudo até o limite para reverter prejuízos no Congresso Nacional. Agora, começamos outra etapa igualmente necessária e importante no Judiciário, arguindo no STF dispositivos que, para afetar nossos direitos, atropelaram princípios constitucionais. Confiamos no direito e na Constituição. Quando se esgotam diálogo e o debate, o recurso ainda nos favorece perante o guardião da Carta Magna.

Outra aliada é a confiança do destinatário de nossas funções judicantes. De acordo com pesquisa divulgada nesta edição, a atuação do Judiciário é a mais bem avaliada

pela população entre os três Poderes, sendo o único em que mais da metade dos brasileiros (52%) disse confiar. Quase 60% afirmaram valer a pena recorrer à Justiça. Isso atende pelo nome de legitimidade.

Os resultados são indicadores para enfrentar ataques constantes à Magistratura e ao Judiciário. E um dado curioso é que a maioria conhece parcialmente nosso trabalho. A conclusão é de que há espaço para crescimento diante da melhoria da comunicação com a população.

Tão importante quanto as duas razões acima, estamos fortificados pelos enfrentamentos em defesa de nossos valores, prerrogativas e do estado de direito.

Tivemos demonstração de unidade na eleição da nova direção da AMB. Além de dar continuidade a uma atuação exitosa, elegemos, pela 1ª vez, uma juíza para o comando da maior Associação de magistrados da América Latina. Na gestão da atuante Renata Gil, somaremos esforços e parcerias para manter nossa vocação original.

Sabemos que a retaliação presente surgiu em razão da atuação firme e independente dos juizes brasileiros. Não permitiremos o enfraquecimento e violações ao Judiciário apenas por sermos dedicados ao combate à corrupção e à defesa dos valores fundamentais. 2019 acaba, mas, como a vida, a atuação continua. Estamos prontos para 2020! ●

[\*] Presidente da Amagis

## ÍNDICE



- Jurisdição Eleitoral compete à Magistratura estadual, diz TSE **PÁG 03**
- Ministro considera urgente ADI contra Lei da Impunidade **PÁG 04**
- Associações questionam reforma da Previdência no STF **PÁG 05**
- Esclareça suas dúvidas sobre a nova Previdência **PÁG 06**
- Amagis repudia ameaças a juiz **PÁG 08**
- 2019 foi ano de fortalecimento para a classe **PÁG 10**
- Encontro da Magistratura reúne mil associados **PÁG 12**
- Nova diretoria da AMB teve votação expressiva em Minas **PÁG 16**
- ‘Entrega Legal’ resguarda vidas e promove a cidadania **PÁG 17**
- Curso de novos juizes tem vivência na Apac de Itaúna **PÁG 18**

- Entrevista: Juiz Sérgio Henrique Cordeiro **PÁG 19**
- Domingo no Parque recebe Papai Noel **PÁG 20**
- Colônia de Ubatuba está renovada para o verão **PÁG 21**
- Magistratura dá adeus a Márcio Aristeu **PÁG 22**

## +SAÚDE!

- Consultas na Amagis podem ser marcadas por WhatsApp **PÁG 28**
- Gestão de medicamentos gera economia ao plano **PÁG 30**

### PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

#### Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

#### Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

#### Vice-presidente dos

#### Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

#### Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

#### Vice-presidente

#### Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

#### Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

#### Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

#### Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·  
Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Publicare Design

#### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Jurisdição Eleitoral compete à Magistratura estadual, diz TSE

## Requerimento que permitiria atuação de juízes federais foi negado

ABADIAS PINHEIRO/ASCOM TSE



Sessão do TSE na qual foi indeferido requerimento com alterações na Jurisdição Eleitoral

**A cada dois anos, o debate sobre a competência da jurisdição eleitoral volta à tona com a proximidade de novas eleições. Essa polêmica, no entanto, foi encerrada com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral [TSE], no dia 5 de novembro, de negar, por unanimidade, requerimento para promover alterações na Resolução TSE nº 21.009/2002.**

O requerimento permitiria aos juízes federais atuarem no primeiro grau da Justiça Eleitoral. Ao pacificar a questão, o TSE reafirmou que a jurisdição eleitoral é de competência da Magistratura estadual. No período em que antecedeu essa decisão da Corte superior da Justiça Eleitoral, a Amagis e Associações estaduais atuaram, de forma conjunta e permanente com a AMB, para que essa conquista não fosse afetada.

Entre os pontos defendidos nesse debate, as Associações sustentaram a necessidade de respeitar o que prevê a

Constituição Federal. Apontaram a capilaridade da Justiça Estadual como aspecto positivo, e ressaltaram o trabalho de excelência desenvolvido pelos magistrados estaduais na Justiça Eleitoral, hoje reconhecido internacionalmente.

Nos debates referentes ao tema, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou a importância da atuação dos juízes estaduais nas eleições, e enalteceu a eficiência da Justiça Eleitoral em iniciativas como o sistema eletrônico de votação, a coleta biométrica de dados dos eleitores e a evolução da integração dos sistemas de controle das prestações de contas.

Para o presidente do TRE-MG, desembargador Rogério Medeiros, a decisão do TSE corrobora o modelo vigente há 87 anos, desde a criação da Justiça Eleitoral. "O juiz estadual está presente em todos os pontos do País, mais próximo, portanto, da realidade de cada local", afirmou. ●

### RÁPIDAS

● O juiz Altair Resende de Alvarenga, diretor da seccional da Amagis na Comarca de Formiga, foi homenageado, no dia 8 de novembro, pela Câmara Municipal de Itapeçerica [Centro-Oeste de Minas] com a Medalha Nossa Terra, Nossa Gente Dom Antônio Carlos Mesquita. No dia 29 de novembro, o magistrado foi ainda agraciado com a Medalha Desembargador Hélio Costa, na Comarca de Iguatama, em solenidade presidida pela diretora do foro juíza Karen Cristina Lavoura Lima.

● Os desembargadores Armando Freire, Ramon Tácio de Oliveira, Renato Martins Jacob, Adriano de Mesquita Carneiro, Amauri Pinto Ferreira, Eduardo César Fortuna Giron, Glauco Eduardo Soares Fernandes, Jaqueline Calábria Albuquerque, Lailson Braga Baêta Neves, Marco Aurelio Ferenzini, Octávio de Almeida Neves, e os juízes Luiz Carlos Rezende e Santos [vice-presidente Administrativo da Amagis], Geraldo David Camargo e Rui de Almeida Magalhães foram homenageados no dia 31 de novembro com a Medalha Santos Dumont, na Fazenda Cabangu.

● O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, recebeu, no dia 31 de novembro, o título de Cidadania Honorária de Varginha. A Amagis foi representada na solenidade pela diretora da 4ª Seccional da Associação, juíza Adriana Fonseca Barbosa Mendes. O TJMG foi representado pelo desembargador Marcos Lincoln do Santos. O desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen e juízes das Comarcas de Varginha, Três Corações e Três Pontas também participaram da cerimônia.

# Ministro considera urgente ADI contra Lei da Impunidade

## Medida cautelar será avaliada por maioria absoluta do STF

**Em decisão publicada no dia 28 de novembro, o ministro Celso de Mello, do STF, considerou urgente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.236, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela AMB em face de dispositivos da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos, conhecida como Lei da Impunidade.**

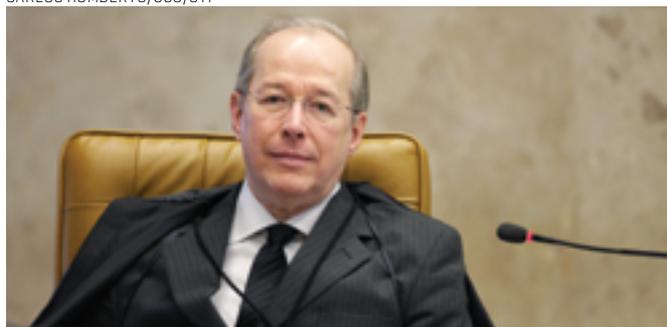
A medida cautelar na ação direta precisará, se concedida, ser decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado. Eles deverão pronunciar-se no

prazo de cinco dias, conforme a decisão do ministro relator. Realizadas as audiências, a ação estará pronta para inclusão em pauta e análise da medida cautelar.

Na ação, a AMB, com o apoio da Amagis e Associações estaduais de magistrados, pede a declaração de inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos: dos artigos 9º, parágrafo único, I, II, III, art. 10, art. 19, art. 20, art. 27 e seu parágrafo único, art. 30, art. 32, art. 33, art. 36, 37 e art. 43, da Lei n. n.13.869/2019, com efeito ex tunc.

De acordo com a petição, esses dispositivos ferem o princípio da independência judicial, da segurança jurídica (do ponto de vista

CARLOS HUMBERTO/SCO/STF



**Ministro Celso de Mello**

subjetivo]; da confiança legítima; da intervenção penal mínima, o da proporcionalidade ao tipificar conduta cuja potencialidade lesiva é mínima, e aponta a violação do princípio constitucional da tipicidade dos delitos.

As Associações também argumentam que a lei é per-

meada de conceitos abstratos, imprecisos e genéricos, não existindo sequer clara tipificação, o que deixa o texto sujeito às mais variadas interpretações e acarreta "indesejável insegurança jurídica" aos operadores do Direito.●

\*Com informações da AMB

# Judiciário tem melhores índices de aprovação entre os Poderes

## Informação é da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas

**Mais da metade dos brasileiros, 52%, confia e aprova o Poder Judiciário. Esse dado foi revelado pelo Estudo sobre a Imagem do Poder Judiciário Brasileiro, encomendo pela AMB à Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, onde foi lançado no dia 2 de dezembro passado.**

O índice alcançado pela Justiça brasileira, segundo a pesquisa da FGV, assemelha-se ao do Judiciário francês, que tem aprovação de 53% da população daquele país e está a uma diferença de 10 e 17 pontos percentuais a menos em comparação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América, respectivamente.

Entre aqueles que demonstram mais confiança no Poder Judiciário,

estão os indivíduos entre 18 a 24 anos, com ensino fundamental, na região sul do País. Uma curiosidade apontada pela pesquisa é que, no índice de avaliação "ótima + boa", a aprovação é de 21% para homens e mulheres.

Em comparação ao Executivo (Presidência da República), o Poder Judiciário abre uma diferença de 18%, e em relação ao Legislativo esse desequilíbrio aumenta para 33%, na avaliação positiva da população. O Congresso e os políticos são percebidos pelos entrevistados [57%] como aqueles que mais interferem no Judiciário. Já em relação à Presidência da República, o entendimento é de que a ingerência é de 37%.

Além dos números positivos, o estudo

apontou também desafios a serem superados como o desconhecimento com relação ao sistema Judiciário. Os dados levantados indicaram, por exemplo, que apenas 21% dos participantes conheciam o nome do ministro Dias Toffoli, presidente do STF, e o percentual de pessoas que responderam conhecer 'bem', ou 'mais ou menos' as instituições que compõem o Judiciário, ficou abaixo dos 50%.

O estudo encomendado pela AMB à FGV-Rio foi realizado pelo sociólogo e cientista político Antônio Lavareda. A pesquisa foi promovida no período de agosto de 2018 a outubro de 2019. Foram ouvidas mais de 2,5 mil pessoas, entre advogados, defensores públicos e cidadãos comuns.●

# Associações questionam reforma da Previdência no STF

## Ação entregue ao Supremo inclui pedido de medida cautelar

No dia seguinte à promulgação da nova Previdência, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e AMB, com o apoio da Amagis e das Associações de magistrados, ingressaram com duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade no STF, com pedido de medida cautelar, questionando dispositivos

da Emenda Constitucional nº 103/2019. O documento foi protocolizado no dia 13 de novembro.

Nas iniciais, as autoras da ação contestam o aumento abusivo da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para até 19% sobre a maior faixa remuneratória dos subsídios de membros do Poder Judiciário e do Ministério Públi-

co. Apontam o desrespeito, entre outros, a princípios que vedam o confisco tributário e a irreduzibilidade dos subsídios.

“A confiscatória majoração da alíquota previdenciária promovida pela EC nº 103/2019 instituiu progressividade que impacta desproporcionalmente os subsídios, sem a criação de benefícios cor-

respondentes ao abusivo aumento, sem a consideração atuarial da situação superavitária decorrente das elevadas contribuições patrocinadas por essa parcela do funcionalismo público, e sem consideração do montante contributivo arrecadado destes agentes políticos”, sustentam as Associações.●

\*Com informações da AMB

# Amagis reafirma defesa dos interesses da classe na AMB

## Lei da Impunidade e aposentados foram pauta de reuniões

FOTOS: AMB



**Desembargador Maurício Pinto Ferreria**

A Amagis participou, em Brasília, nos dias 19 e 20 de novembro, respectivamente, das reuniões da Coordenadoria de Aposentados e do Conselho de Representantes da AMB, quando debateu temas de interesse nacional da Magistratura.

A Lei da Impunidade (Abuso de Autoridade) foi um dos pontos discutidos na reunião do Conselho de Representantes, na qual a Amagis foi representada pelo desembargador Maurício Pinto Ferreira.

Durante a reunião do Conselho de Representantes, também foi debatida a nova Previdência, contra a qual as Associações decidiram ajuizar Ações Diretas de Inconstitucionalidade [leia mais na matéria acima].



**Juiz Cláudio Figueiredo (E) representou a Amagis**

Para orientar seus associados sobre a mudança no regime previdenciário, a Amagis contratou assessoria jurídica e tem publicado no jornal DECISÃO e em seu site respostas a dúvidas sobre a nova Previdência [saiba mais nas páginas 6 e 7].

Na reunião da Coordenadoria de Aposentados, a Amagis foi representada pelo juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, da Subcoordenadoria Regional dos Aposentados da AMB. Na ocasião, foram tratadas questões como a PEC 63/2013 (VTM) e a PEC 555/2006, sobre a extinção da Contribuição Previdenciária dos Inativos, e a criação da vice-presidência de Aposentados da AMB.●

# Esclareça suas dúvidas sobre a nova Previdência

## DECISÃO traz mais questões sobre mudanças na aposentadoria

**P**ela segunda edição consecutiva, o jornal DECISÃO reúne novas perguntas e respostas a associados sobre as alterações na Previdência. São situações discutidas, em tese, com o advogado Marcelo Barroso, do escritório de advocacia Brito Campos, durante as consultas realizadas na Amagis. No entanto, as perguntas e respostas abaixo relacionadas não dispensam a análise de casos concretos para um diagnóstico mais preciso.

### **Como fica a alíquota mínima da contribuição previdenciária ordinária com a promulgação da EC 103/2019?**

Atualmente, o magistrado contribui com alíquota de 11% sobre o subsídio a título de contribuição previdenciária, por força do art. 149, §1º, da CF/88 c/c art. 28, da Lei Complementar Estadual 64/2002. A EC 103/2019 majora a contribuição mínima de 11% para 14% [art. 11] e mantém a regra de que os servidores estaduais devem contribuir como no mínimo a mesma alíquota que o servidor federal [art. 9º, §4º]. Ainda paira controvérsia sobre o início do prazo de cobrança dessa majoração de contribuição: se a partir de 90 dias da entrada em vigor da EC 103/2019 ou se a partir de 90 dias da entrada em vigor da lei estadual. O Ministério da Economia expediu nota técnica considerando a segunda situação.

### **Como fica a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas após a promulgação da EC 103/2019?**

Atualmente, os aposentados e pensionistas contribuem com 11% sobre o valor que exceder R\$5.839,45 [correspondente ao teto do INSS].

Em caso de déficit no regime, a reforma prevê a possibilidade do ente federado exigir a contribuição dos aposentados e pensionistas, que será de 14% [mais ou menos conforme redução ou acréscimo previsto na tabela da página ao lado] incidente em valores a partir do valor do salário mínimo [atuais R\$998,00]. Portanto, em caso de déficit, podem mudar a alíquota e a base de cálculo da contribuição dos aposentados e pensionistas [CF, art. 149, §1º-A, com a redação da EC 103/2019].

### **Com a promulgação da EC 103/2019, ela já se aplica aos magistrados mineiros?**

Ao contrário do que está sendo noticiado na imprensa,

a alteração constitucional proposta pela EC 103/2019 atinge os Estados [e Municípios] em vários aspectos. Na verdade, a EC 103/2019 limitou seu alcance à União [servidores federais] em alguns itens, deixando de fora, pois, nesses pontos os servidores estaduais [e municipais], a saber, por exemplo:

- a) Regras de aposentadoria voluntária comum;
- b) Regras de transição das aposentadorias voluntárias comum; e
- c) Garantia do direito adquirido quanto às aposentadorias voluntárias comum.
- d) pensão por morte
- e) majoração e progressividade de alíquota

Portanto, temas como a readaptação, rompimento de vínculo do cargo pela aposentadoria, vedação de complementação, incorporação de vantagens nos proventos, aposentadoria por invalidez, cálculo de proventos, aposentadoria especial, aposentadoria dos professores estaduais e municipais, acumulação de benefícios, contagem recíproca, aplicação subsidiária do RGPS, regime de previdência complementar, revogação da isenção para inativos, abono de permanência, unidade de gestão, isenções para servidores com doença incapacitante, vedação de criação de novos RPPS, regras gerais dos RPPS, aposentadoria sanção dos magistrados e membros do Ministério Público, vinculação de receitas previdenciárias aos gastos previdenciários, fiscalização pela União dos RPPS, dentre outros temas, tem disciplina normativo constitucional prevista pela EC 103/2019, que alcança os Estados.

### **A reforma estadual pode criar regras de transição próprias para os servidores estaduais, incluindo os magistrados mineiros?**

A reforma estadual deve seguir vários parâmetros fixados na reforma federal e na legislação geral dela advinda, mas, em tese, em razão do poder constituinte decorrente que o Estado detém para elaborar sua própria Constituição e em razão da competência

reservada e autonomia federativa, ele pode legislar naquilo que não for contrário à Constituição e normas gerais federais. Portanto entendemos pela possibilidade do Estado criar regras de transição próprias na reforma estadual.

### **Há algum impacto na aposentadoria proporcional, conhecida como aposentadoria sanção prevista para os magistrados?**

Sim, a aposentadoria sanção ou aposentadoria proporcional aplicada como punição disciplinar está sendo eliminada do texto constitucional, na nova redação do art. 93, VIII, da CF/88 com a redação da EC 103 6/2019.

### **Há alguma alteração na aposentadoria compulsória?**

Não, a aposentadoria compulsória permanece aos 75 anos de idade para ambos os sexos com proventos proporcionais ao tempo de contribuição [CF, art. 40, §1º, II c/c Lei Complementar nº 152/2015].

### **Como ficam as regras de transição para a aposentadoria voluntária dos magistrados mineiros?**

Considerando que, neste ponto, a EC 103/2019 não se aplica imediatamente aos servidores estaduais, prevalecem as regras de transição atualmente em vigor [p. ex. art. 3º, da EC 47/05, art. 2º e 6º da EC 41/03], até que venha a reforma que se trate do âmbito estadual.

Para os servidores federais foram criadas duas regras de transição: art. 4º e 20 da EC 103/2019.

### **Como ficam o cálculo e o reajuste dos proventos de aposentadoria dos magistrados mineiros?**

Considerando que a EC 103/2019 não se aplica imediatamente aos servidores estaduais, prevalecem as regras convencionais e de transição atualmente em vigor sobre o cálculo e reajuste de proventos [p. ex. art. 40 da CF, art. 3º, da EC 47/05, art. 2º e 6º da EC 41/03], até que venha a reforma que trate do âmbito estadual.

Para os servidores federais, o cálculo de proventos

obedecerá o disposto no art. 26, da EC 103/2019, devendo ser destacado que o período base de cálculo muda da atual média de 80% das maiores bases de contribuição para 100% das contribuições, o que significa dizer que todas as bases de contribuição, de toda a vida laboral do segurado serão levadas em conta para o cálculo dos proventos, não havendo mais o descarte de 20% das menores bases de contribuição. Nesse sentido, os servidores, por enquanto os federais, deverão rever seu planejamento previdenciário para retirada de eventual tempo cujo base de calcula reduza o valor dos proventos no futuro.

### **Como fica a progressividade da alíquota prevista na EC 103/2019?**

A EC 103/2019 prevê a progressividade para a alíquota da contribuição previdenciária nos seguintes termos: A contribuição será de 14%, porém sofrerá acréscimos ou reduções:

FAIXA REMUNERAÇÃO	REDUTOR/ACRÉSCIMO
ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO	- 6,5%
ACIMA DE 1 SM ATÉ R\$ 2.000,00	- 5,0%
DE R\$ 2.000,01 ATÉ R\$ 3.000,00	- 2%
DE R\$ 3.000,01 ATÉ R\$ 5.839,45	SEM REDUTOR
DE R\$ 5.839,45 ATÉ R\$ 10.000,00	+ 0,5%
DE R\$ 10.000,01 ATÉ R\$ 20.000,00	+ 2,5%
DE R\$ 20.000,01 A 39.000,00	+ 5%
ACIMA DE R\$ 39.000,01	+ 8%

Entendemos que essa progressividade no Estado de Minas Gerais depende de alteração na lei estadual e não se aplica imediatamente após a promulgação da EC 103/2019.●

8 de dezembro

## DIA DA JUSTIÇA

Uma homenagem da Amagis aos magistrados e servidores, que, diariamente, trabalham pela Justiça e pela pacificação social.

 / amagismg

 / Amagis



# Amagis repudia ameaças a juiz

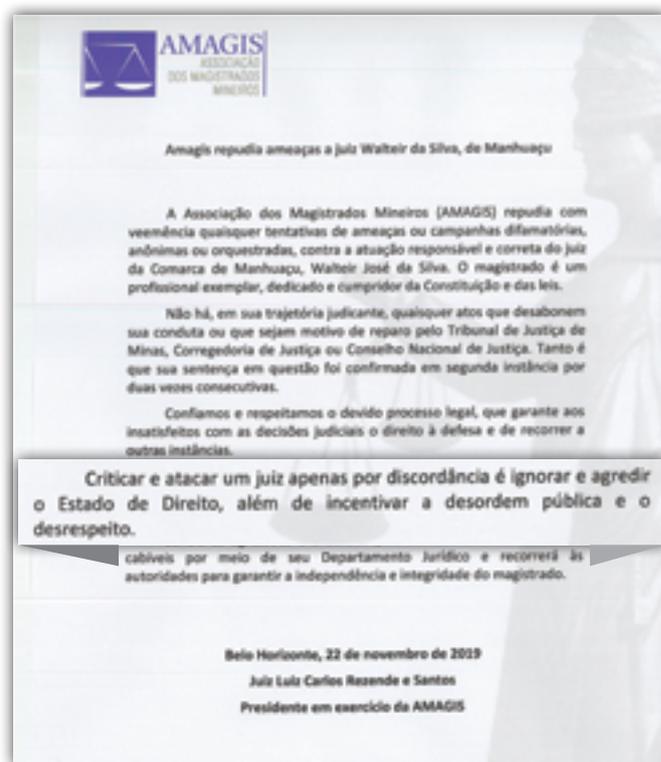
## Nota denunciou campanha difamatória contra magistrado

A Amagis divulgou, no dia 22 de novembro, nota de repúdio a tentativas de ameaças ou campanhas difamatórias contra atuação do juiz da Comarca de Manhuaçu, Walteir José da Silva. No texto, o presidente em exercício da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, denunciou que se trata de ação orquestrada contra a atuação responsável e correta do magistrado.

O magistrado afiçou que não há, na trajetória judicante do juiz Walteir Silva, quaisquer atos que desabonem sua conduta ou que sejam motivo de reparo pelo Tribunal de Justiça de Minas, Corregedoria de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça. O dirigente associativo ressaltou ainda que a sentença questionada, e que motivou a campanha difamatória, foi confirmada em segunda instância por duas vezes consecutivas.

O presidente em exercício ressaltou a importância de se confiar e respeitar o devido processo legal, que garante aos insatisfeitos com as decisões judiciais, o direito à defesa e de recorrer a outras instâncias. Ele também disse que atacar um juiz apenas por discordância é ignorar e agredir o Estado de Direito, além de incentivar a desordem pública e o desrespeito.

“Contra as agressões e a barbárie, a Amagis adotará as medidas cabíveis por meio de seu Departamento Jurídico e recorrerá às autoridades para garantir a independência e integridade do magistrado”, afirmou o presidente da Amagis.●



Nota de repúdio da Amagis





Possa uma  
Estrela Brilhar  
e cada caminho  
Iluminar



lucastleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

Leilões eletrônicos (online)



Feliz Natal e um  
Próspero ano Novo!

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FALÊNCIA

EXECUÇÃO



**GRUPO CRÉDITO**



# 2019 foi ano de fortalecimento para a classe

## Gestão atuou nos planos nacional e estadual pela valorização da Magistratura

IZABELA MACHADO



**Dirigentes da Amagis e magistrados em ato contra Lei da Impunidade**

**“Quero abraçar a causa da Magistratura e a defesa intransigente da classe em todas as instâncias”, afirmou o desembargador Alberto Diniz, no dia 3 de janeiro, ao assumir a Presidência da Amagis. Dois dias depois, o magistrado desembarcava em Brasília para reuniões na AMB, nas quais discutiu a então PEC da reforma da Previdência e os direitos dos magistrados aposentados.**

Assumida a defesa dos interesses da Magistratura mineira, as viagens à capital federal passaram a fazer parte da rotina do presidente da Associação, seja para reuniões na AMB ou na interlocução com deputados e senadores no Congresso Nacional na defesa dos interesses da classe.

A atuação não ficou reservada somente ao corpo a corpo com os parlamentares. Alberto Diniz não só participou de manifestações, como a realizada contra a Lei da Impunidade, no dia 20 de agosto em Brasília, como

mobilizou a Magistratura mineira contra o abuso em pontos da nova lei, promovendo e apoiando atos em Belo Horizonte e nas comarcas do interior do Estado.

Em Minas, o presidente Alberto Diniz reforçou a parceria institucional em reuniões com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, e os vice-presidentes do Tribunal. O primeiro resultado desse diálogo foi a reclassificação da Comarca de Pará de Minas (Região Central), que, no dia 23 de janeiro, foi elevada à entrância especial pelo Órgão Especial do TJ, atendendo a pedido da Amagis.

Comprometido com os juizes das comarcas do interior, no primeiro semestre de sua gestão, Alberto Diniz alcançou a marca de duas comarcas visitadas por mês. O presidente também tem se empenhado em atender aos anseios dos magistrados aposentados e pensionistas da Magistratura mineira. No dia 9 de abril, promoveu encontro

### 3 de janeiro

Posse do presidente Alberto Diniz.

### 5 e 6 de janeiro

Dois dias após sua posse, Alberto Diniz participa de reuniões na AMB para debater a reforma da previdência e os direitos dos magistrados aposentados.

### 9 de janeiro

Alberto Diniz recebe vice-presidentes do TJMG e reforça parceria institucional.

### 23 de janeiro

A pedido da Amagis, o Órgão Especial do TJMG aprova a reclassificação da Comarca de Pará de Minas (Região Central), que é elevada à entrância especial.

### 16 a 28 de janeiro

Presidente da Amagis defende prerrogativas da classe em entrevistas às rádios Itatiaia, CBN, Super FM e aos jornais O Tempo e Hoje em Dia.

### 14 de fevereiro

Presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, retribui visita de cortesia do presidente da Amagis, reforçando a parceria institucional.

### 15 a 27 de março

Associação promove programação especial no mês da mulher.

### 25 de março

Amagis promove debate sobre a reforma da Previdência com o especialista em direito previdenciário, Jorge Franklin [juiz aposentado].

### 27 de março

Senado desarquiva PEC 63/2013, que institui a parcela indenizatória de Valorização por Tempo na Magistratura e Ministério Público a pedido das AMB, Amagis e demais associações de classe.

### 9 de abril

Associação promove debate sobre direitos de aposentado e pensionistas em sua sede.

na sede da Associação para debater os interesses desse segmento da classe.

Um dos desdobramentos desse encontro foi a reposição, por isonomia, em 27 de maio, de 18,38% sobre vencimento das pensionistas que recebem pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), conforme solicitação feita pelo presidente Alberto Diniz. Em 27 de março, a pedido das Associações de classe, o Senado já havia desarquivado a PEC 63/2013, que institui a parcela indenizatória de Valorização por Tempo na Magistratura e Ministério Público [VTM].

A defesa da paridade e integralidade entre magistrados de ativa e aposentados é outra prioridade da atual gestão, conforme afirmou Alberto Diniz em sua posse: "Isso é prioridade máxima, para resgatar a unidade da Magistratura, que não pode ser duas, muito menos dividida".

## INTEGRAÇÃO

A valorização da participação das magistradas no associativismo mineiro também mereceu destaque nesse primeiro ano de gestão. Em março, mês internacional das mulheres, dos dias 15 a 27, a diretoria promoveu uma série de iniciativas voltadas para as magistradas, como o Workshop de Vinhos Bordeaux e uma sessão exclusiva da peça Intimidade Indecente, no Teatro da Cidade em Belo Horizonte. Nesse período, por meio de sua Assessoria de Comunicação, a Associação publicou uma série de matérias a fim de valorizar o trabalho das magistradas.

Ainda no que se refere à integração da classe por meio de atividades sociais, além dar continuidade ao Integramagis, a diretoria da Associação criou o Domingo no Parque, que incentiva os magistrados e seus familiares a passarem o

dia no Parque Esportivo da Amagis.

As unidades sociais também têm recebido atenção da diretoria, seja na preservação e valorização do patrimônio, ou na otimização do uso das colônias de férias. Em maio, foi implementada, como projeto piloto em Caldas Novas, em Goiás, a locação por meio do aplicativo Airbnb, a fim de ampliar a arrecadação da Associação.

## DESAFIOS

A atuação em Brasília para tentar reverter decisões desfavoráveis à Magistratura, tomadas pelo Congresso Nacional continua. A AMB, com o apoio da Amagis e demais Associações estaduais, ingressou juntamente com a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público [Frentas] com Ações Diretas de Constitucionalidade no STF, questionando dispositivos da nova Previdência [saiba mais na página 3].

Medida semelhante já havia sido tomada contra a Lei da Impunidade, com o ingresso de Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, questionando 11 dispositivos da norma. As Associações preparam ainda uma campanha de esclarecimento, denunciando o enfraquecimento do Judiciário e do combate à corrupção, como consequências da Lei da Impunidade.

Frente a esses desafios, o presidente Alberto Diniz reitera sua confiança nos magistrados e força da Amagis, que em 64 anos de história tem preservado sua tradição de conquististas e valorização da classe, superando todo o tipo de dificuldades ao longo de décadas, renovando a unidade da Magistratura mineira. "É na força da Magistratura mineira que a Amagis se renova a cada ano para superar os desafios em prol da classe", afirmou o presidente da Associação. ●

FERNANDA MARQUES



Diretoria da Amagis durante posse no auditório da Associação

### 27 de maio

IPSEMG atende ao pedido do presidente da Amagis e aplica, por isonomia, reposição de 18,38% sobre vencimento das pensionistas que recebem pelo instituto.

### 1º de junho

Presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, atende à solicitação do presidente Alberto Diniz e determina o reajuste do valor do auxílio-alimentação e o pagamento de férias-prêmio a magistrados com esse direito.

### 26 de junho

Alberto Diniz alcança a meta de duas comarcas visitadas por mês, desde o início de sua gestão.

### 1º de julho

Deputados federais participam de reunião na Amagis para discutir a reforma da Previdência.

### 10 de julho

Associações direcionam atuação contra reforma da Previdência para o Senado.

### 20 a 22 de agosto

Amagis participa de manifestação contra a Lei da Impunidade em Brasília, promove ato em Belo Horizonte e incentiva adesão de juizes das comarcas do interior de Minas à mobilização.

### 1º de outubro

Associações vão ao STF contra Lei da Impunidade.

### 8 de outubro

Amagis contrata escritório de advocacia para tirar dúvidas e orientar os magistrados sobre a nova previdência.

### 5 de novembro

TSE decide que jurisdição eleitoral de 1ª instância é de competência exclusiva da Magistratura estadual.

### 13 de novembro

AMB, com apoio da Amagis e Associações de classe, contesta pontos da nova previdência por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade no STF

# Encontro da Magistratura reúne mil em noite de festa

Celebração teve a participação de juízes do interior e da capital

Com cerca de mil participantes, entre magistrados da ativa, aposentados e seus familiares, a edição 2019 do Encontro de Congratamento da Magistratura Mineira, no qual é celebrado o fim do ano, bateu recorde de público. A noite foi embalada pelo show da banda Capital Inicial, grupo de rock originário de Brasília, e, de maneira descontraída, fortaleceu os laços de união da classe.

Os participantes foram recebidos pelos presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, em uma clara demonstração de que a parceria institucional entre a Associação e o Tribunal em favor do Judiciário está fortalecida e reafirmada.

O presidente Alberto Diniz reafirmou o compromisso da atual gestão com a unidade e o fortalecimento da classe, deixando claro que a Associação atuará de forma ainda mais firme na defesa dos direitos da Magistratura Mineira, em especial na tramitação da reforma da Previdência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2020. “É uma alegria muito grande ver os colegas reunidos nesta confrater-

**“A LUTA É CONTÍNUA, MAS A MAGISTRATURA MINEIRA ESTÁ CADA VEZ MAIS FORTALECIDA, E A AMAGIS SE MANTÉM FIRME E ATUANTE NA DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA CLASSE”**

**Alberto Diniz**

Presidente da Amagis

nização que marca a união de nossa classe. A luta é contínua, mas a Magistratura mineira está cada vez mais fortalecida, e a Amagis se mantém firme e atuante na defesa das prerrogativas da classe”, afirmou.

O presidente do TJMG destacou os avanços obtidos na política de valorização da primeira instância, com a inauguração e o lançamento de obras

EDUARDO ROCHA



**Banda Capital Inicial embalou a celebração da unidade da classe**

dos novos fóruns nas comarcas do interior do Estado, e ressaltou a parceria institucional com a Associação. “O Tribunal de Justiça e a Amagis continuarão caminhando juntos para que possamos melhorar, cada vez mais, as condições de trabalho dos magistrados mineiros”, reforçou.

De acordo com o vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a Associação manterá seu protagonismo na defesa da Magistratura, particularmente na luta contra perdas na reforma da Previdência. “Vivemos uma situação tensa em relação à Previdência. Ainda não há muita clareza de como a reforma poderá atingir nosso Estado. Por isso, é preciso permanecer em um diálogo intenso com os demais poderes. E a Amagis manterá seu protagonismo nesse momento, para garantir ao magistrado todo o suporte de que ele precisa para continuar desenvolvendo seu trabalho”, disse.

Eleita vice-presidente da AMB, a juíza Rosimere Couto, que é vice-pre-

sidente de Saúde da Amagis, observou que os desafios para o próximo ano são muitos, mas afirmou que a Amagis, juntamente com a AMB, continuará seu trabalho incansável na busca de avanços para os magistrados.

**“O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A AMAGIS CONTINUARÃO CAMINHANDO JUNTOS PARA QUE POSSAMOS MELHORAR, CADA VEZ MAIS, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS MAGISTRADOS MINEIROS”**

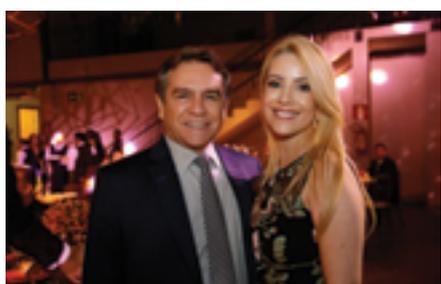
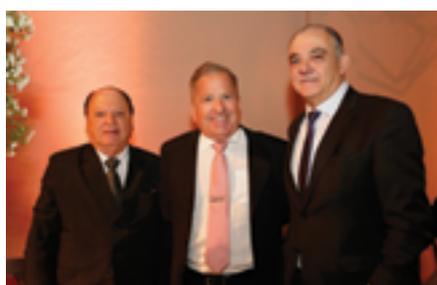
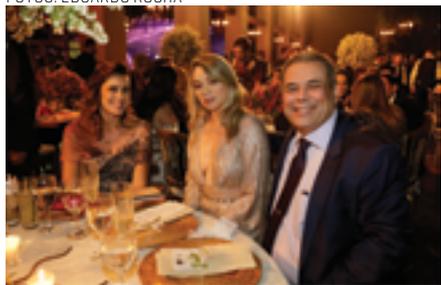
**Nelson Missias**

Presidente do TJMG

dos. “Como vice-presidente de Saúde da Amagis, incentivaremos ainda mais a promoção da saúde física e mental de nossos associados. E na AMB, lutaremos em conjunto em defesa das prerrogativas institucionais para preservação de nossos direitos e obtenção de novas conquistas”, comentou. ●

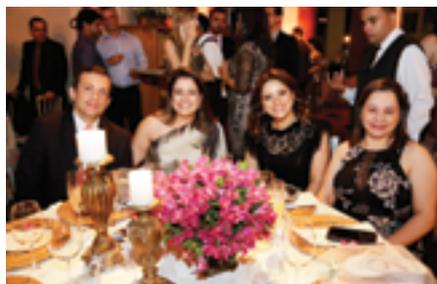
# Congraçamento da Magistratura 2019

FOTOS: EDUARDO ROCHA



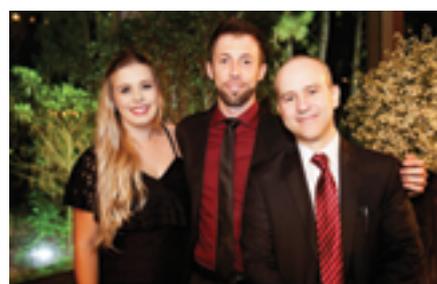
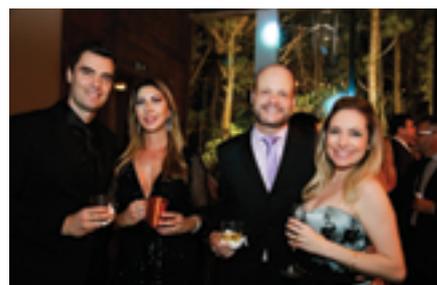
# Congraçamento da Magistratura 2019

FOTOS: EDUARDO ROCHA



# Congraçamento da Magistratura 2019

FOTOS: EDUARDO ROCHA



# Nova diretoria da AMB teve votação expressiva em Minas

## Vice-presidente de Saúde, Rosimere Couto, integra nova gestão

ASCOM/AMB



**Diretoria da Associação de Magistrados Brasileiros**

Com uma votação expressiva em Minas Gerais, a chapa 'AMB + Forte, Uma só Magistratura' foi escolhida para presidir a AMB durante o triênio 2020-2022. Ao conferir 89,6% dos votos válidos do Estado à candidatura vencedora, a Magistratura mineira deu sua contribuição histórica para o associativismo, elegendendo a juíza Renata Gil a primeira presidente da Associação nacional.

Minas Gerais será representada na nova diretoria pela juíza Rosimere das Graças do Couto, atual vice-presidente de Saúde da Amagis, que foi eleita como vice-presidente da AMB. Para ela, a eleição da primeira mulher presidente da AMB é expressão do crescimento da participação feminina no associativismo.

Segundo Rosimere do Couto, o resultado do pleito demonstrou também que a Magistratura deseja uma AMB mais forte, representativa e unida. "Isso é o que a juíza Renata Gil se propõe a fazer à frente da Associação dos Magistrados Brasileiros junto aos integrantes da

chapa. O trabalho será árduo, e para enfrentar os desafios que se vislumbram teremos uma AMB fortalecida que engrandecerá a Magistratura", afirmou. A posse da futura diretoria da AMB será no dia 11 de dezembro, às 17h, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

### TRAJETÓRIA

Natural do Rio de Janeiro, Renata Gil foi a primeira mulher a presidir a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), tendo sido eleita pela primeira vez para o biênio 2016-2017 e reeleita para o período de 2018-2019. Na AMB, foi vice-presidente de Direitos Humanos no triênio 2011-2013.

Graduada em Direito, em 1994, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ela ingressou na Magistratura fluminense em janeiro de 1998 e atuou nas Comarcas de Macabu, Silva Jardim, Rio Bonito e Rio de Janeiro. Atualmente, ela é juíza titular da 40ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).●

### DIRETORIA ELEITA DA AMB

- Renata Gil [Amaerj]  
*Presidente*
- Elayne Cantuária [Amaap]  
*vice-presidente*
- Fábio Esteves [Amagis-DF]  
*vice-presidente*
- Fernando Bartoletti [Apamagis]  
*vice-presidente*
- Herval Sampaio [Amarn]  
*vice-presidente*
- Jussara Schittler [AMC]  
*vice-presidente*
- Levine Raja Gabaglia [Asmegoj]  
*vice-presidente*
- Maurício Drummond [RJ]  
*vice-presidente*
- Ney Alcântara [Almagis]  
*vice-presidente*
- Rosimere do Couto [Amagis]  
*vice-presidente*
- Thiago Brandão [Amapi]  
*vice-presidente*
- Vera Deboni [Ajuris]  
*vice-presidente*
- Antônio César Coelho [Amatra XIV]  
*Coordenador da Justiça do Trabalho*
- Frederico Mendes Júnior [Amapar]  
*Coordenador da Justiça Estadual*
- Paulo Adib Casseb [Amajme]  
*Coordenador da Justiça Militar*
- Priscilla Corrêa [RJ]  
*Coordenadora da Justiça Federal*
- Roberto Felinto [Amaerj]  
*Coordenador do Aposentados*
- Alexandre Miguel [Ameron]  
*Conselho Fiscal*
- Eduardo Siravegna [Amamsul]  
*Conselho Fiscal*
- Maria Isabel da Silva [Amagis-DF]  
*Conselho Fiscal*

# ‘Entrega Legal’ resguarda vidas e promove a cidadania

## Programa do TJMG conscientiza sobre a adoção de crianças

**Possibilitar a entrega voluntária das crianças pelos seus genitores às Varas da Infância e da Juventude para adoção, impedindo o abandono de incapazes nas ruas. Foi com esse objetivo que o TJMG lançou, no dia 31 de novembro, o programa ‘Entrega Legal’.**

Segundo o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, ao promover a conscientização de que a entrega voluntária é possível, o programa não só acolhe essas crianças como pode salvar vidas. “É uma oportunidade dada à mulher que não tem condições de cuidar da criança, de entregá-la para a adoção”, comentou.

Para o presidente Nelson Missias, antes da Lei do Marco Legal da Primeira Infância, o Poder Judiciário contribui, em parte, para o tratamento discriminatório dado às mães que não tinham condições de criar seus filhos e que acabavam abandonando a criação. De acordo com o magistrado, ao não configurar a entrega legal da criança como crime, inicia-se um novo capítulo dessa história.

Na avaliação da vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere do Couto, que representou o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz no evento de lançamento, ao incentivar a conscientização da entrega para a adoção, o TJMG assu-

TIAGO PARRELA



**Lançamento do programa ‘Entrega Legal’ no TJMG**

me mais uma vez o protagonismo na promoção da cidadania.

O programa ‘Entrega Legal’ será conduzido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG. Para a desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coinj, ao promover a conscientização das gestantes e mães, o programa dá às crianças a possibilidade de serem acolhidas por outra família. “Essa mãe sempre foi marginalizada, tendo de esconder a gravidez indesejada, e ela não pode se sentir culpada. Ela tem de se sentir apoiada com técnicos, psicólogos e assistentes sociais, que farão esse trabalho de acolhimento e acompanhamento

desse período gestacional”, afirmou.

Será realizada a capacitação dos profissionais que atuarão no acolhimento das mães/gestantes e promoverão, por meio das Varas da Infância e Juventude, apoio e orientação psicossocial por equipe multidisciplinar para o acolhimento, reflexão e amadurecimento da genitora sobre a decisão de entregar o filho para adoção.

O programa tem a parceria das Secretarias de Estado de Saúde, de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde, da Arquidiocese Metropolitana de Belo Horizonte, e das Igrejas Batista, Universal, Assembleia de Deus, Quadrangular e Espírita. ●

## COLÔNIAS DE FÉRIAS

O preço das diárias de hospedagem em todas as colônias de férias da Amagis foi reduzido pela metade durante a baixa temporada, por tempo indeterminado, por decisão da diretoria da Associação.

Mais informações no Deacap: (31) 3079-3461



Preço das diárias reduzido em

**50%**

na baixa temporada



# Curso de novos juízes tem vivência na Apac de Itaúna

Atividade foi realizada pela Ejef e Programa Novos Rumos

FOTOS: AMAGIS



**Os magistrados Luis Fernando, Luiz Carlos, Áurea Brasil e Adelmo Queiros apresentam a Apac aos novos juízes**

**Vivenciar a experiência da Apac para melhor compreender a importância da humanização do sistema prisional. Foi com esse objetivo que os 70 novos juízes que participam do curso de formação inicial da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) conheceram, no dia 1º de novembro, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Itaúna (Oeste de Minas).**

Na ocasião, os magistrados assistiram a uma palestra do juiz Luiz Carlos Resende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis e coordenador executivo do Programa Novos Rumos do TJMG, que falou sobre a criação da Apac de Itaúna, o método apaqueano e a importância da humanização do sistema penitenciário.

“O que esperamos, com esse encontro, é despertar o interesse e compreensão dos juízes de que uma pessoa em cumprimento de pena privativa de liberdade vai retornar para sua família, para a sociedade”, disse o magistrado. Para ele, é preciso, desde a formação inicial, pensar a política penitenciária e como o Judiciário pode fazer para que os

até então apenas possam reconstruir valores e servirem à sociedade como cidadãos úteis.

Para a desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, os novos juízes tiveram a oportunidade de conhecer a Apac pioneira em Minas Gerais, que tem trabalho consolidado e muito bem-sucedido. “Tenho certeza de que essa experiência vai servir de inspiração aos novos juízes para que as Apacs possam ser multiplicadas nas comarcas aonde eles estiverem”, comentou.

Um dos novos juízes, Felipe Ivar Gomes de Oliveira disse que a experiência foi importante para abrir uma nova perspectiva sobre a realidade vivida pelas pessoas em recuperação, possibilitando ao magistrado considerar a ressocialização, tanto no momento de julgar quanto no acompanhamento da execução penal.

A juíza Dielly Karine Moreno Lopes afirmou que a iniciativa foi uma experiência muito rica, pois permitiu ver na prática que a ressocialização é possível. “Acho que isso, ter o foco na ressocialização, é o que vou levar para a carreira”, afirmou. ●



**Juízes do Curso de Formação Inicial da Ejef na Apac de Itaúna**

# Juiz Sérgio Henrique Cordeiro



AMAGIS

**M**agistrado há 22 anos, o juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes atuou nas Comarcas de Ipatinga, Salinas, Montes Claros, Passos e Belo Horizonte. Hoje, na 23ª Vara Cível de Belo Horizonte, o juiz é colaborador do programa Rua do Respeito, cujo objetivo é dar assistência às pessoas em situação de rua. De acordo com ele, os moradores de rua têm todos os direitos assegurados. No entanto, a situação de 'invisibilidade' em que vivem dificulta o acesso deles ao Judiciário.

## **Como é a atuação do Judiciário com relação às pessoas em situação de rua?**

O Judiciário atua em duas vertentes. A primeira está voltada para o acesso à Justiça. É importante observar que todos os direitos das pessoas em situação de rua estão garantidos, mas que elas, por vários motivos, têm dificuldades em ter acesso aos seus direitos. A Constituição Cidadã trata do mínimo existencial, fixa o princípio da dignidade da pessoa humana e adota uma perspectiva de combate à pobreza e a desigualdade. E quem é o guardião da Constituição? O STF! Portanto, considerando esses aspectos constitucionais, cabe aos Tribunais de Justiça, aos magistrados. Portanto, a universalização do acesso à Justiça, levando cidadania às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, é algo que deve ser trabalhado pelo Poder Judiciário.

## **Qual a outra vertente?**

A outra vertente é intrínseca ao próprio objetivo do Poder Judiciário, que é realizar a Justiça. Trata-se então da virtude ética do Judiciário. No campo aristotélico, a Justiça, como virtude ética, tem a ver com o outro. Por isso, mais do que a concepção jurídica, podemos e devemos, enquanto Poder Judiciário, atuar no combate à pobreza e a desigualdade.

## **Como o TJMG tem atuado nesse contexto social?**

O TJMG participa, por exemplo, do programa Rua do Respeito que desenvolve atividades voltadas para as pessoas em situação de rua. Entre as iniciativas desse programa, estão ações sociais como o projeto Rua Previdenciária, realizado em parceria com instituições como o TRE-MG, Servas, Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social e a OAB-MG.

Por meio do Rua Previdenciária, promovido nos

abrigo, é possível compreender melhor a situação de cada indivíduo, saber se ele tem o direito ao benefício previdenciário ou outro apoio e fazer o encaminhamento para que ele possa exercer o seu direito. Quando passa a receber o benefício previdenciário, a pessoa tem mais chance de se estruturar, de ter uma moradia e deixar essa trajetória de situação de rua.

## **Qual a principal dificuldade para que as pessoas em situação de rua acessem seus direitos?**

O principal problema é o que podemos chamar de 'invisibilidade'. Na medida em que a sociedade para de prestar atenção na pessoa em situação de rua, toma aquele indivíduo como objeto e não como um ser humano. Afasta a pessoa e passa a marginalizá-la. O próprio indivíduo introjeta esse sentimento de 'invisibilidade'. A partir desse momento, esses indivíduos passam a ter uma dificuldade muito grande para acessar a Justiça, mesmo porque ela acredita que não tem direitos. É preciso ter claro que essas pessoas têm todas as possibilidades do ordenamento jurídico, mas que por vários motivos que podem tê-la levado para a situação de rua, passam a não ter condições de acessar a Justiça.

## **Como deve ser a relação do poder público com as pessoas em situação de rua?**

As políticas urbanas precisam ser desenvolvidas com diálogo e transparência, não pode ser compreendida apenas como um trabalho de engenharia, mas principalmente de assistência social. As ações do poder público precisam ser desenvolvidas em conjunto com a sociedade e as pessoas em situação de rua. Por isso, a forma de se abordar esses indivíduos é fundamental, pois é, a partir dela, que se estabelece o diálogo com a pessoa para identificar quais suas necessidades e poder ajudar efetivamente. ●

# Domingo no Parque recebe Papai Noel

Diretoria recebeu associados e familiares na 3ª edição do projeto

As celebrações de fim de ano, na Amagis, não ficaram restritas somente aos adultos, com a realização do Congratamento da Magistratura e o Chá das Pensionistas. No dia 1º de dezembro, a diretoria recebeu os associados e seus filhos, na terceira edição do Domingo no Parque, que contou com a participação de Papai Noel.

De acordo com a juíza Maria Isabel Fleck, diretora do Parque Esportivo da Amagis, além de incentivar o uso do espaço, que conta com uma infraestrutura completa para atender aos associados, o projeto é mais um meio de a Associação promover a integração da família da Magistratura mineira. “Estamos aqui para estreitar os laços de amizade, amor e respeito pelos semelhantes. Para que as amizades possam ser ampliadas, e assim mais uma vez comemorarmos em 2020”, disse.

Na avaliação da juíza Edna Márcia Lopes Caetano a realização de eventos como o ‘Domingo no Parque’ é sempre uma boa oportunidade para os magistrados saírem de sua rotina de trabalho, descontraírem com a família, especialmente com as crianças.

Ana Luiza Ferrara Marcolino, filha do juiz Marco Aurélio Ferrara Marcolino, ressaltou a iniciativa de utilizar o Parque Esportivo da Amagis para promover a confraternização e união entre amigos.

O ‘Domingo no Parque’ é gratuito e cada edição o restaurante Excelentíssimo, que funciona no Parque Esportivo, prepara um cardápio especial para o evento. ●

FOTOS: TIAGO PARRELA



**Papai Noel alegrou crianças e adultos no Domingo no Parque**

ARQUIVO PESSOAL



**Triângulo Mineiro** - O desembargador Armando Freire foi homenageado, no dia 9 de novembro, com a realização do ‘Troféu Desembargador Armando Freire’, no estádio do Parque do Sabiá, em Uberlândia (Triângulo Mineiro). Fora disputadas duas partidas amistosas entre o time da Amagis e o selecionado dos advogados da Comarca, com uma vitória para cada uma das equipes. Essa segunda edição do amistoso foi promovida a partir de uma iniciativa do desembargador Afrânio Vilela, 1ª vice-presidente do TJMG. ●

# Colônia de Ubatuba está renovada para o verão

## Obra visou conforto dos associados e a preservação do patrimônio

NAYARA FERREIRA

Sem atrasos no cronograma, as obras de revitalização da colônia de férias de Ubatuba (litoral norte de São Paulo) foram concluídas no início deste mês. Assim, as seis casas da Amagis, no Condomínio Del Mar, em frente à Praia Grande, estão prontas para receber os associados, com comodidade, durante as festas de fim de ano e o verão 2020.

A revitalização dos imóveis faz parte das ações de valorização e preservação do patrimônio da Amagis, que consiste na manutenção das colônias de férias, do Parque Esportivo, Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT) e do edifício-sede da Associação.

As casas de Ubatuba tiveram sua pintura renovada, passaram por uma revisão elétrica e por uma dedetização. Além disso, os toldos da entrada foram substituídos e algumas camas trocadas. A reforma foi necessária em função da alta frequência da unidade e dos efeitos corrosivos da maresia.

A Amagis também oferece a seus associados estadia nas colônias de férias de Cabo Frio, Nova Viçosa, Camambu e Caldas Novas. Os interessados em passar as festas de fim de



Praia da Fortaleza, em Ubatuba (Litoral Norte de SP)

ano ou o verão em uma dessas unidades pode consultar se há disponibilidade de vagas no Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio, com Cacia Guedes, pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br).

### PARQUE ESPORTIVO

A fim de melhor atender aos associados, a diretoria da Amagis criou o endereço de correio eletrônico [parquesportivo@amagis.com.br](mailto:parquesportivo@amagis.com.br), para

o qual os usuários da unidade podem encaminhar sugestões, reclamações e solicitar informações sobre o funcionamento do espaço.

Localizado ao lado da sede da Amagis, o Parque Esportivo dispõe de restaurante, piscinas, saunas, quadras de peteca, vôlei, futebol, basquete, tênis, salão de jogos e academia. No espaço, são realizadas aulas de hidroginástica e fisioterapia abertas aos associados, às terças e quintas-feiras, de 8h às 10h. ●

## CONVÊNIOS

### ● Travel 4 Turismo e Eventos

Desconto de 10% para associados em pacotes turísticos nacionais e internacionais e na preparação de grupos de viagens. Enquanto durar a parceria entre Dotz e Travel4, os associados receberão bônus em dobro na compra de pacotes promocionais específicos.

**Telefone:** (31) 3309.9092

**Endereço:** Rua Ministro Orozimbo Nonato, 442, sala 1.307, Vila da Serra, Nova Lima – MG

**Site:** [travel4.tur.br](http://travel4.tur.br)

### ● Luxglass

Desconto de 10% sobre o valor real

da aplicação de película residencial 3M, Vidraçaria (fechamento de varanda, box, espelho, etc), Vidro temperado Blindex, cortina e persiana [Criativa].

**Telefone:** (31) 2535-3393

**Endereço:** Av. Raja Gabaglia, 4.955, Santa Lúcia, Belo Horizonte – MG

**Site:** [luxglass.com.br](http://luxglass.com.br)

### ● BH Motors Peças e Serviços Ltda

Desconto de 3% na compra de motocicletas Triumph zero quilômetro e de 10% para a aquisição de peças, acessórios e serviços de oficina.

**Telefone:** (31) 3297-1000

**Endereço:** Av. Barão Homem de Melo,

4.508, Estoril, Belo Horizonte – MG

### ● Censa – Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção

Atendimento dia, integral ou parcial na internação e/ou hospedagem, com equipe multidisciplinar composta por médicos clínicos e psiquiatra, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista, farmacêutico, enfermeiro e fonoaudiólogo, para pessoas com deficiência. Desconto de 15% sobre a tabela vigente para associados da Amagis.

**Telefones:** (31) 3529.3500

**Endereço:** Rodovia Fernão Dias [381], km 494, Filadélfia, Betim – MG

**Site:** [censabetim.com.br](http://censabetim.com.br)

# Magistratura dá adeus a Márcio Aristeu

## Desembargador presidiu a Associação de 1986 a 1987

A Magistratura mineira despediu-se do desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, falecido em 21 de novembro. Em sua trajetória no Poder Judiciário, Márcio Aristeu presidiu a Amagis (1986 a 1987) e o TJMG (1995 a 1997).

Durante sua gestão, Márcio Aristeu deu importante contribuição para a consolidação da Amagis Saúde, com a substituição do pagamento de consultas pelo custeio das internações clínicas por meio do convênio firmado com o Hospital Felício Rocho, dando assim os primeiros passos para o modelo de autogestão sob o qual o plano é regido hoje. Desde então, o ex-presidente da Amagis participou ativamente das decisões referentes ao plano, como membro do Conselho Gestor de Saúde.

A missa de sétimo dia em memória do desembargador foi realizada em 27 de novembro e contou com a presença de familiares, amigos e diversos magistrados. Os presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e do TJMG, de-

GEORGIA BAÇVAROFF



Áurea Brasil, Nelson Missias e Alberto Diniz na missa de 7º dia

sempargador Nelson Missias de Moraes, e a 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargadora Áurea Brasil, participaram da homenagem.

O presidente Alberto Diniz falou em nome da Magistratura mineira e ressaltou a contribuição do ex-presidente do TJMG e da Amagis para o Poder Judiciário. “O livro de Provérbios,

em seu capítulo 11, versículo 2, conta sobre o Rei Salomão que afastou a soberba dizendo que com os humildes está a sabedoria. Assim foi a vida do desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros. Um homem humilde, simples, iluminado e dedicado à Magistratura, à família, ao associativismo e a academia”, afirmou. ●

Inscreva-se na lista de  
**WhatsApp** ou **Telegram**  
da Amagis para receber  
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



# MAGISTRADO VOCACIONADO E HOMEM ILUMINADO

## Márcio Aristeu foi juiz, professor, jurista e líder da classe

ALBERTO DINIZ\*

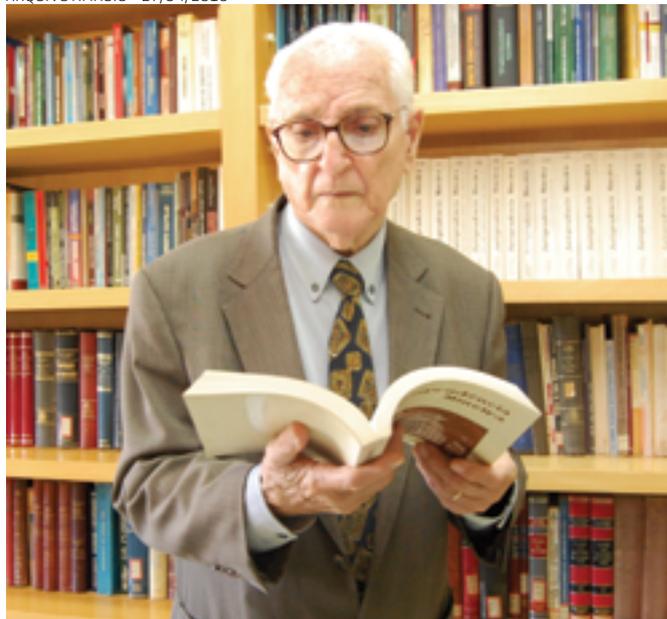
O livro dos Provérbios conta, em seu capítulo 11, versículo 2, que o Rei Salomão ensinou que “Em vindo a soberba, virá também a afronta; mas com os humildes está a sabedoria”. Assim foi a vida do desembargador e do homem Márcio Aristeu Monteiro de Barros.

Uma pessoa humilde, simples, que afastou a soberba, e que, como magistrado, foi um ícone do Judiciário mineiro e brasileiro. Um magistrado realizador, professor competente e admirado, jurista influente, homenageado e reverenciado nos mais de

humanismo em todas as comarcas pelas quais passou, desde Dom Joaquim, em 1957, como promotor e, depois, como juiz, a partir de 1959, em Botelhos, Congonhas, Inhapim, Ponte Nova, Sabará, Manhuaçu e Belo Horizonte.

Sua permanente preocupação com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional o levou à Corregedoria-Geral de Justiça e, em seguida, à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (de 1995 a 1997). Nessas missões, foi um íntegro corregedor geral de Justiça e um exímio gestor do Tribunal.

ARQUIVO AMAGIS - 27/04/2015



**Márcio Aristeu Monteiro de Barros**

**“A VOCAÇÃO DE LÍDER E A DEDICAÇÃO À CLASSE O LEVOU A DIRIGIR TAMBÉM A NOSSA QUERIDA AMAGIS (DE 1986 A 1987), DEIXANDO UMA OBRA VALIOSA”**

40 anos em que devotou-se à Justiça. Iluminado, soube dividir-se entre a Magistratura, a família, o associativismo e a academia. Em toda a sua vida, por 90 anos, espalhou amizade, amor, fraternidade e, acima de tudo, a paixão pela Magistratura.

Tive a felicidade de ter uma convivência próxima com ele, desde a Comarca de Pedro Leopoldo, onde, há mais de 30 anos, comecei como escrevente. Depois, na de João Monlevade, já como juiz. Foi uma rica convivência onde conheci o talentoso e vocacionado magistrado e um amigo de seus amigos. Sempre atencioso com todos que o procuravam. Um homem de bem.

Na atuação judicante, foi uma referência de conhecimento jurídico e de

A vocação de líder e a dedicação à classe o levou a dirigir também a nossa querida Amagis (de 1986 a 1987), deixando uma obra valiosa. Em sua gestão, foi criado o Plano de Saúde Hospitalar, hoje, Amagis Saúde. A construção dessa história tem garantido à Amagis Saúde, anualmente, o reconhecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre a excelência do plano de autogestão da Magistratura mineira.

Hoje, o plano de saúde possui rede credenciada composta por mais de 2 mil médicos em toda a Minas, oferecendo atendimento diferenciado e personalizado ao associado.

Teve uma relação intensa com a Amagis e de longa data. Esteve presente em to-

dos os momentos históricos da Associação, especialmente na incorporação, em 1970, de duas entidades irmãs, de Juiz de Fora (Armam) e de Belo Horizonte (Assemag), à Amagis. Seu esforço, junto com outros colegas, foi o de impedir a divisão e garantir a integração entre o interior e a capital por meio da Associação. Participou da mobilização pela construção do atual edifício-sede (em 1983) ante o desafio da falta de recursos. Como liderança da Magistratura, teve papel preponderante nos trabalhos constituintes que culminaram com a Carta Magna em 88. A partir daí, a classe ganhou enorme respeitabilidade junto à sociedade, e a Associação tornou-se interlocutora permanente no debate sobre os rumos do Judiciário.

Como professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, nos anos de 1970 a 1994, transmitiu seu notável saber na disciplina Teoria Geral do Processo Civil.

Já na aposentadoria não se acomodou e manteve-se próximo e disponível ao Judiciário mineiro, dando exemplo de cidadania e solidariedade ao integrar-se, voluntariamente, ao projeto ‘Magistrado Conciliador’. Dizia sempre que tentava fazer o melhor possível, para realizar o maior número de conciliações.

Em 21 de novembro passado, nos deixou, e a Magistratura mineira perdeu um de seus expoentes. Peço ao bom Deus que conforte sua alma e que ele colha glórias de uma vida feliz com todos. ●

[\*] Presidente da Amagis

# Novos desembargadores recebem Mérito Judiciário

## Comenda é entregue àqueles que assumem o cargo no TJMG

Os desembargadores Adriano de Mesquita Carneiro, Bruno Terra Dias (ex-presidente da Amagis), Glauco Eduardo Soares Fernandes, Octávio de Almeida Neves, Jacqueline Calábria Albuquerque e Lailson Braga Baeta receberam, no dia 8 de novembro, em posse solene realizada no TJMG, o Colar do Mérito do Judiciário.

Conferida aos magistrados quando assumem o cargo de desembargador, a comenda também é entregue anualmente a três pessoas ou instituições por seu destaque na prestação de serviços relevantes à Justiça ou à cultura jurídica.

Durante a cerimônia, o

presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, reiterou as boas-vindas aos novos integrantes do Tribunal. Ele ressaltou a certeza de que eles atuarão para oferecer a cada dia uma melhor prestação jurisdicional aos mineiros, contribuindo com o TJMG, que hoje é reconhecido como um dos mais eficientes do país no atendimento ao cidadão.

O vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, representou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, na solenidade que teve a participação de magistrados, servidores, amigos e familiares dos empossados. ●

FOTOS: TIAGO PARRELA



**Bruno Terra, Octávio de Almeida e Lailson Baeta**



**Jacqueline Albuquerque, Glauco Soares e Adriano Carneiro**

# Pensionistas participam de confraternização na Amagis

## Congraçamento foi promovido no salão de festas da Associação

As pensionistas da Magistratura mineira participaram, no dia 21 de novembro, do tradicional Chá de Confraternização de Fim de Ano promovido pela Amagis. O desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, ex-presidente da Associação, representou o presidente Alberto Diniz no encontro.

Ximenes falou às pensionistas sobre o espírito do Natal e a necessidade de se praticar a caridade e o amor ao próximo. Em nome da Amagis, ele desejou a todas um 2020 próspero.

Na ocasião, a vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Amagis, juíza Marli Maria Braga Andrade, falou às pensionistas sobre a atuação da Associação contra a nova Previdên-

IZABELA MACHADO



**Marlene Fernandes e Reynaldo Ximenes no encontro das pensionistas**

cia, com o objetivo de preservar os direitos da classe. A vice-presidente de Saúde, Rosimere do Couto, também participou da confraternização.

A diretora de Pensionistas da Ama-

gis, Marlene Fernandes, destacou a importância dos momentos de congraçamento proporcionados pela Amagis e ressaltou o carinho e a atenção que a Associação dedica à classe. ●

# DOS APERFEIÇOAMENTOS DA LEI MARIA DA PENHA

## Preocupação é tentar deter o avanço da violência doméstica e do feminicídio

MAURO RIUJI YAMANE\*

O presente artigo tem a finalidade de demonstrar a aplicação da Lei 11.340/06, no âmbito da 2ª Vara Criminal de Divinópolis (Oeste mineiro). Com a preocupação em tentar deter o avanço da violência doméstica e do feminicídio, foram feitas adaptações visando a melhoria da Lei (com resultados altamente eficazes), conforme será demonstrado nos tópicos a seguir.

1) **Da severidade na decretação da prisão:** o rigorismo na decretação, ou na manutenção das prisões, conforme os arts. 311 e 312, do CPP, e art. 20, da Lei 11.340/03, é fundamental para trazer credibilidade ao sistema.

**concentradas:** as audiências são marcadas para o mesmo dia da semana, possibilitando um fortalecimento entre as vítimas, sendo designadas nesse dia, o mínimo de 30 (trinta).

5) **Da suspensão protetiva com benefícios para as vítimas e agressores:** nos casos em que ocorre a mudança de comportamento do ofensor, temos proposto à vítima a “suspensão protetiva”, que consiste na interrupção do processo por determinado prazo (no máximo de dois anos), com a manutenção das medidas protetivas e, ao final deste, o encerramento automático do feito pela desistência tácita. Caso haja a violação delas, a vítima pode pedir a revogação da suspensão e a sua

cinco dias, através de advogado, para se defender em razão do deferimento das medidas protetivas.

8) **Das audiências de conciliação:** apresentada a defesa acima, é marcada uma audiência de conciliação para tentar resolver os problemas que originaram a agressão.

9) **Da substituição da pena de prisão pela obrigatoriedade do agressor em submeter-se a tratamento** no caso de dependência química, alcoólica ou decorrente de disfunção psicológica ou social: nos casos menos graves, tem-se adotado essa sistemática, com prazo determinado.

10) **Da possibilidade de tratamento psicológico das vítimas e agressores:** através de convênios firmados com as faculdades locais, as vítimas passaram a ter acesso, sem custos, a tal atendimento.

11) **Do processamento formal só nos autos da medida protetiva:** nos casos de suspensão protetiva, o inquérito policial nem é instaurado, propiciando uma economia processual.

12) **Do comprometimento dos**

“NOS CASOS EM QUE OCORRE A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DO OFENSOR, TEMOS PROPOSTO À VÍTIMA A “SUSPENSÃO PROTETIVA”, QUE CONSISTE NA INTERRUÇÃO DO PROCESSO POR DETERMINADO PRAZO (NO MÁXIMO DE DOIS ANOS)”

“PARA PROPICIAR UM ATENDIMENTO IMEDIATO ÀS VÍTIMAS, FOI ADOTADA A CELERIDADE NA ANÁLISE DOS PLEITOS, ONDE, ATUALMENTE, EM DIVINÓPOLIS, O PRAZO MÁXIMO TEM SIDO DE 7 (SETE) DIAS”

2) **Da manifestação do MP antes da decisão sobre as medidas protetivas:** adotou-se o entendimento de que o “Parquet” tem que ser ouvido antes da decisão judicial. Em muitos casos, a própria vítima já procurou antes o promotor de justiça, o que faz com que este atue de forma mais eficaz em defesa dos interesses dela.

3) **Da rapidez na concessão das medidas protetivas:** para propiciar um atendimento imediato às vítimas, foi adotada a celeridade na análise dos pleitos, onde, atualmente, em Divinópolis, o prazo máximo tem sido de 7 (sete) dias.

4) **Das audiências preliminares**

continuidade. Ao final do prazo, se o agressor não descumprir as medidas protetivas ou cometer novo delito, terá como benesse a extinção do processo.

6) **Do efeito “radar” no cumprimento das medidas protetivas:** no momento que o agressor toma conhecimento das medidas protetivas existentes em seu desfavor, sabendo das consequências legais e reais (prisão), tem cessado de imediato sua conduta nociva.

7) **Da possibilidade de o agressor contestar as medidas protetivas:** para evitar situações injustas e possibilitar o amplo direito de defesa, o suposto autor é intimado do prazo de

**órgãos que atuam no sistema de Defesa Social:** isso é fundamental para o combate aos delitos da Lei Maria da Penha.

Por fim, ressalto que, no dia 30 de setembro deste ano, foi entregue o presente estudo, com uma minuta de projeto de Lei para a incorporação dos aperfeiçoamentos acima, ao ilustre senador Antonio Anastasia, que informou que irá apresentar, junto ao Senado Federal, a competente proposta legislativa.●

[\*] Juiz de Direito, titular da 2ª Vara Criminal de Divinópolis, coordenador regional da Ejef e mestre em Direito Público pela Unifram.

## PENSAMENTO JURÍDICO

### Implantação do PJe

O TJMG concluiu, em agosto, a implantação do Processo Judicial Eletrônico, o PJe, em todas as comarcas de Minas Gerais. Quais recursos o PJe oferece para agilizar os processos judiciais? Conversamos com o juiz Delvan Barcelos Júnior, auxiliar da Presidência e coordenador da Diretoria Executiva de Informática do Tribunal do TJMG, que avaliou os efeitos da medida. [Foto]



### 35 anos da LEP

Em 2019, a Lei de Execução Penal completou 35 anos, porém ainda enfrenta desafios como a superlotação carcerária e o crime organizado nos presídios. Quais medidas ajudariam a melhorar sistema prisional? Quais as lições aprendidas nesse período? Convidamos a juíza Miriam Vaz Chagas, da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves, a partir de sua experiência na área.

### Produtividade do TJMG

O relatório "Justiça em Números 2019", do CNJ, revelou que o TJMG deu um salto no índice de produtividade, atingindo 82% em 2018. Qual a importância desses números e como são calculados? Para comentar esses e outros dados do relatório, convidamos a juíza auxiliar Lívia Lúcia Oliveira Borba, superintendente-adjunta de Planejamento da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG.

### Constituição Mineira

Primeiro estado brasileiro a promulgar sua Constituição após 1988, Minas Gerais comemora neste ano o 30º aniversário de sua Carta Magna. O que representam esses 30 anos da Constituição Mineira? Quais suas principais conquistas? Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Luís Carlos Balbino Gambogi, da 5ª Câmara Cível do TJMG e deputado constituinte em 1989.

**TV JUSTIÇA** Sábado, às 12h [Canais 7, 117, 901 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

## VIA JUSTIÇA

### Racismo

Segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os casos de injúria racial aumentaram 20% no Brasil em 2018. Qual é a diferença entre injúria e racismo? Para falar sobre esse tema, convidamos o desembargador Eduardo César Fortuna Grion, da 3ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Gilberto Silva, presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB - MG. [Foto]



### Bioética

O Via Justiça abordou a bioética nas decisões do Judiciário. Qual é a análise da legislação que regula a bioética? Como a Justiça está decidindo ante uma legislação incompleta? Convidamos para o programa o juiz Damião Alexandre Oliveira, da 1ª Vara Cível de Ponte Nova, e o professor de Bioética, Álvaro Ângelo Salles, da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

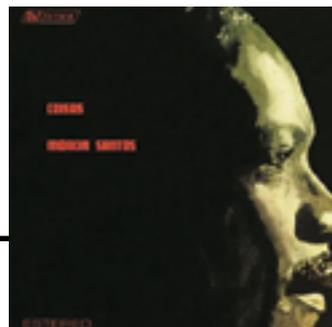
### Audiências de Custódia

Em 2015, entrou em vigor uma resolução que regulamentou as audiências de custódia no Poder Judiciário. Qual é o balanço dos resultados até agora, quatro anos após a regulamentação da medida? Entrevistamos o juiz auxiliar de Direito Luís Fernando Nigro Corrêa e a promotora de Justiça Cláudia Amaral, que debateram a importância da iniciativa adotada para o estado de direito.

### Contravenções Penais

O programa discutiu a Lei de Contravenções Penais e os jogos de azar. Entrevistamos o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado criminalista Henrique Abi-Ackel Torres, doutor em Direito Penal, que analisaram o perfil da lei em vigor e explicaram a polêmica sobre a atividade, que continua acontecendo no País, apesar das normas vigentes.

**TV JUSTIÇA** Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]  
**TV COMUNITÁRIA** Sexta-feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]



DIVULGAÇÃO

## BAÚ DE ACORDES

# Moacir Santos

**Tiago Parrela** - No dia 20 de novembro, foi celebrado o Dia da Consciência Negra no País, com o intuito de reforçar o combate ao racismo, a intolerância religiosa e a importância do povo e cultura africanos no Brasil, além de homenagear Zumbi dos Palmares, que se tornou o símbolo da resistência contra a escravidão.

Nascido menos de quatro décadas após a abolição da escravidão, um dos maiores músicos brasileiros, o maestro Moacir Santos é um exemplo dessa referência da linguagem musical afro-brasileira, reconhecido nacional e internacionalmente.

Natural de Flores do Pajeú, interior de Pernambuco, em julho de 1926, o maes-

tro, arranjador e compositor Moacir Santos só veio descobrir seu nome completo e idade na década de 1980, nos registros da Igreja de Flores do Pajeú, o que inclusive tornou-se tema de letra para composição do maestro, que relata isso no disco.

Moacir Santos trabalhou em teatro de revista, direção musical de gravadoras e foi também arranjador e regente da Rádio Nacional em radionovelas e programas de auditório, ao lado de nomes como Radamés Gnatalli, em 1951. Além disso, compôs trilhas sonoras para filmes do movimento do cinema novo brasileiro, como "Seara Vermelha", "Ganga Zumba", "Os Fuzis".

No álbum "Ouro Negro", gravado em

2001, e que reúne um time de feras para celebrar a obra de Moacir Santos, o maestro conta um pouco das suas inspirações de suas "Coisas" (como nomeia as composições do LP "Coisas", de 1965 - um dos álbuns mais representativos de Moacir).

O músico conta que "Coisa nº 5 [nanã]", é uma grande procissão. Já para "Coisa nº 8 - navegação", inspira-se em Luiz Gonzaga. "Mãe Iracema", é inspirado na obra de José de Alencar. Os temas são diversos, e Santos explica que a imagem de uma Rosa ou sua sensação pode gerar uma inspiração sonora, como na "Coisa nº 2", tal qual o pintor Henri Matisse disse pintar não uma mesa, mas a sensação que ela lhe passa. ●

## AGENDA CULTURAL

### MÚSICA

#### ● ORQUESTRA OPUS E PAULINHO PEDRA AZUL

Data: 13 de dezembro

Horário: 20h30

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 50 [inteira] e R\$ 25 [meia]

Informações:

centroculturaminastc.com.br

#### ● PADRE FÁBIO DE MELO

Data: 14 de dezembro

Horário: 20h30

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: Pista/Arquibancada R\$ 120 [inteira] e R\$ 60 [meia];

cadeira premium, R\$ 250 [inteira] e R\$ 125 [meia]; cadeira setor 1

R\$ 220 [inteira] e R\$ 110 [meia]; cadeira setor 2 R\$ 190 [inteira] e

R\$ 95 [meia]

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

#### ● 14 BIS

Data: 14 de dezembro

Horário: 21h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 120 [inteira] e

R\$ 60 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

#### ● SÉRGIO REIS - QUESTÃO DE TEMPO

Data: 14 de dezembro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I, R\$ 180 [inteira];

plateia II R\$ 140 [inteira]; plateia

superior R\$ 100 [inteira]. Esses

valores são para o primeiro lote de

ingressos.\*

Informações: [31] 3236-7400

#### ● ENCERRAMENTO DA TURNÊ CLUBE DA ESQUINA - MILTON NASCIMENTO E CONVIDADOS

Data: 15 de dezembro

Horário: 17h

Local: Anfiteatro Mineirão

Ingressos: setor open bar, R\$ 300;

cadeira superior R\$ 120 [inteira] e

R\$ 60 [meia]; cadeira inferior R\$ 180

[inteira] e R\$ 90 [meia]. Esses valores

são para o primeiro lote de ingressos.

Para cada setor é cobrado uma taxa

na compra dos ingressos pelo site.

Informações: sympla.com.br

#### ● ÁQUILA CANTA O AMOR

Data: 18 de dezembro

Horário: 20h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 30 [inteira] e

R\$ 15 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

#### ● ANA GABRIELA - VIOLÃO E VOZ

Data: 19 de dezembro

Horário: 21h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 60 [inteira] e

R\$ 30 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

#### ● LETÍCIA LEAL E CAIO DE SOUZA APRESENTAM URUTU

Data: 20 de dezembro

Horário: 20h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 30 [inteira] e

R\$ 15 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

#### ● FÁBIO JR.

Data: 25 de janeiro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I, R\$ 200

[inteira] e R\$ 100 [meia]; plateia

II R\$ 160 [inteira] e R\$ 80 [meia];

plateia superior R\$ 120 [inteira]

e R\$ 60 [meia]. Esses valores são

para o primeiro lote de ingressos.

Informações: [31] 3236-7400

\*As regras sobre o direito a meia entrada estão disponíveis no site fcs.mg.gov.br

# Consultas na Amagis podem ser marcadas por WhatsApp

## É possível agendar com dentistas, médico clínico e no Amor à Vida

**A diretoria do Amagis Saúde disponibilizou um número de WhatsApp para o agendamento de consultas feitas no ambulatório médico instalado na sede da Amagis.**

Os associados poderão agendar consultas com os cirurgiões dentistas Jasílio Vilela Bastos e Karla Margareth Perez de Carvalho e com o médico clínico Rogério Caldeira. A facilidade inclui também o atendimento nas especialidades do programa Amor à Vida.

Com enfoque na promoção da saúde e qualidade de vida dos magistrados e seus familiares, o Amor à Vida conta com o trabalho de médicos nas especialidades de cardiologia, endocrinologia, geriatria, nutrição e psiquiatria. Com um trabalho integrado, a equipe do programa orienta os associados sobre o desenvolvimento de hábitos saudáveis a partir da análise do quadro clínico de cada paciente.

Para marcar, reagendar ou desmarcar uma consulta no ambulatório médico da Amagis, o associado deve enviar uma mensagem para o número de WhatsApp [31] 99778-3177. O atendimento nesse número é exclusivo para essas finalidades e é feito de segunda a sexta, de 8h às 17h. ●

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



**Aplicativo pode ser usado para consultas na sede da Amagis**

# Plano mantém aprimoramento

## Colaboradores foram a congresso internacional e seminário

**Como parte das ações de aperfeiçoamento permanente do plano, a Amagis Saúde participou, respectivamente, do 22º Congresso Internacional da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) e do Fórum Mineiro de Saúde Suplementar.**

No Congresso Internacional, realizado em São Paulo, nos dias 23 e 24 de outo-

bro, a Amagis Saúde foi representada pela coordenadora do plano, Marina Shizuko, que também é diretora de Treinamento e Desenvolvimento da Unidas. Durante os dois dias do encontro, foram realizados debates sobre inovação, lei geral de proteção de dados, sustentabilidade do sistema de saúde privado no Brasil e gerenciamento de doenças crônicas.

Já em Belo Horizonte, a equipe da Amagis Saúde participou, no dia 13 de novembro, do Fórum Mineiro de Saúde Suplementar realizado na sede da OAB-MG. Na ocasião, foram abordados temas como responsabilidade do profissional de saúde, regulação do mercado de saúde suplementar, práticas colaborativas e relações de consumo e saúde suplementar. ●



**PRESIDENTE**  
Desembargador Alberto Diniz Junior

**SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS**

**DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:**  
**Vice-presidente de Saúde**  
Juíza Rosimere das Graças do Couto  
**Diretor de Saúde**  
Desembargador Edison Feital Leite  
**Diretora Financeira**  
Juíza Flávia Birchal

**Conselho Gestor:**  
**Segunda Instância**  
Geraldo Domingos Coelho  
Marco Aurélio Ferenzini

**Suplentes**  
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz  
Edison Feital Leite  
**Juízes da Capital**  
Flávia Birchal de Moura  
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes  
**Suplentes**  
Clayton Rosa de Resende  
Guilherme Azeredo Passos  
**Juízes do Interior**  
Dalton Soares Negrão  
Fábio Torres de Sousa

**Suplentes**  
Marcos Alberto Ferreira  
Marcelo Carlos Cândido  
**Aposentados**  
Ana Maria de Oliveira Froes  
José Maria dos Reis  
**Suplentes**  
José Nicolau Masseli  
Paulo Mendes Álvares  
**Ouvidora da Amagis Saúde**  
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura  
Gomes

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008  
**Jornalistas:**  
Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210  
**Projeto Gráfico:** Agência Graffo  
**Diagramação:**  
Publicare Design  
**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

# Check-up traz tranquilidade e alívio a família de magistrado

## Irmãos atribuem recuperação a diagnóstico do programa

Num intervalo de aproximadamente seis meses, a família Passafaro viveu momentos de apreensão e alívio. Em fevereiro deste ano, Itália Maria Passafaro, irmã do juiz aposentado Leonardo Passafaro, foi diagnosticada com câncer de mama ao passar pelo programa Check-up da Amagis Saúde. Por sua vez, ao realizar os exames em agosto, o magistrado foi informado de que uma de suas carótidas estava entupida em 80%.

Passado o susto, os irmãos atribuíram a recuperação ao check-up da Amagis Saúde, já que os problemas foram apontados pelos exames a tempo de serem solucionados. O juiz Leonardo disse que, como já havia passado por uma cirurgia no coração, decidiu fazer o check-up por desencargo de consciência. "Para minha supressa, foram detectados dois problemas", comentou.

O magistrado afirmou que, a princípio, foi resistente à ideia de fazer outro procedimento cirúrgico. Entretanto, quando foi informado que uma de suas carótidas estava entupida em até 80% não teve alternativa e submeteu-se a uma nova cirurgia. "Eu era assintomático, não sentia nada. Lá [no check-up], eles fizeram uma bateria de exames e

REPRODUÇÃO/YOUTUBE AMAGIS



Juiz aposentado Leonardo Passafaro e sua irmã Maria Passafaro

descobriram todos os problemas que eu tinha. Foi a minha sorte, pois, talvez, eu não estivesse aqui para dar essa entrevista", observou.

Itália Maria valorizou não só os exames que diagnosticaram as doenças, mas também o acolhimento que recebeu da equipe médica. "Na hora que ficamos sabendo desse diagnóstico, é muito duro. Mas tive todo o apoio das médicas que me atenderam e deram-me toda a esperança", disse a irmã do magistrado ao destacar que tem se sentido muito bem com o tratamento.

Ela destacou o tratamento proporcionado pelo irmão e ressaltou a importância de os usuários do plano, ma-

gistrados, dependentes ou agregados, de fazerem o check-up. "Se nós não tivéssemos esse apoio, como eu iria descobrir doença? Uma hora dessas, não estaria aqui se não tivesse feito o check-up".

O Check-up da Amagis Saúde é um presente dos usuários do plano aos seus usuários, que, no mês do seu aniversário, podem fazer os exames gratuitamente. Para agendar o Check-up, os magistrados devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone [31] 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br), para se informar sobre qual credenciado poderá melhor atendê-lo. ●

### DICAS AMAGIS SAÚDE

#### Autorização prévia para procedimentos cirúrgicos eletivos

##### Procedimentos cirúrgicos precisam de autorização prévia?

Os procedimentos cirúrgicos eletivos, vinculados ou não à internação, precisam ser autorizados previamente pela Amagis Saúde.

##### O que são procedimentos cirúrgicos eletivos?

São os procedimentos médicos programados. Por essa razão, não são considerados de urgência e emergência.

##### Quais os documentos devem ser enviados para solicitar um procedimento cirúrgico eletivo?

O usuário do plano deverá enviar a solicitação médica do procedimento indicado. De acordo com a cirurgia, poderão ser solicitados documentos complementares, como laudo de exames diagnósticos realizados, relatórios médicos e termos de ciência e responsabilidade.

##### É necessário orçamento para a realização dos procedimentos?

Para os procedimentos cirúrgicos nos quais serão utilizados órtese, prótese e materiais especiais, o prestador de serviço deve enviar para a Amagis Saúde orçamento com três opções de marcas do material que será utilizado, conforme a resolução 1956/2010, do Conselho Federal de Medicina.

##### Como faço a solicitação de autorização prévia?

A solicitação de autorização prévia para realização de procedimentos cirúrgicos pode ser feita pelos e-mails [autorizacao@amagis.com.br](mailto:autorizacao@amagis.com.br) ou [pedido@amagis.com.br](mailto:pedido@amagis.com.br), e por meio do fax [31] 3223-3683. O pedido também pode ser feito presencialmente, na Amagis Saúde, na rua Albita, nº 194, 6º andar, bairro Cruzeiro, Belo Horizonte-MG.

# Gestão de medicamentos gera economia ao plano

## Ação dá comodidade aos usuários no tratamento de doenças

Com o objetivo de otimizar custos, a Amagis Saúde deu início a uma iniciativa-piloto de gestão de medicamentos. Além da redução de despesas do plano, o projeto traz mais comodidade aos associados, uma vez que eles não precisam mais ir à clínica ou ao hospital buscar pessoalmente o remédio para dar continuidade ao tratamento.

A cessão de medicamentos para pacientes com doenças autoimunes, ou em tratamento de câncer, é uma determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ao entregar o remédio diretamente aos associados ou a dependentes, a Amagis Saúde deixa de pagar às clínicas ou hospitais pelo serviço, tendo, em média, uma redução de 40% a cada mês com as despesas referentes a esses medicamentos.

Antes de fazer a entrega, a Amagis Saúde avalia se o medicamento indicado atende aos critérios do tratamento, analisa as recomendações contidas na bula do fabricante e consulta estudos

TIAGO PARRELA



**Equipe da Amagis Saúde trabalha para melhor atender aos usuários do plano**

publicados que comprovam a efetividade do remédio. O plano oferece ainda assistência médica ao associado.

### DESCONTOS

Em outra iniciativa que gera benefício aos usuários do plano, a Amagis Saúde mantém convênio com as farmácias Droga Raia e Drogasil. A parceria garante descontos a partir de 25%

na compra de remédios genéricos tarjados e a partir de 15% para remédios de marcas tarjados.

Para ter direito à vantagem, o usuário do plano deve apresentar a carteira da Amagis Saúde no ato da compra. As drogarias também oferecem redução no preço de itens de higiene pessoal, perfumarias e beleza por meio de ofertas diárias.●



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.



# Amagis Saúde faz alerta sobre a saúde do homem

## Plano promoveu ações educativas durante o Novembro Azul

FOTOS: TIAGO PARRELA



Juíza Rosimere Couto com magistrados no Fórum da Unidade Raja Gabaglia

Historicamente, os homens costumam ser negligentes com relação à sua saúde. Para alertar sobre os riscos do câncer de próstata, a Amagis Saúde tem participado ao longo dos anos da campanha Novembro Azul, chamando atenção para importância da qualidade de vida da população masculina.

Neste ano, dos dias 18 a 21 de novembro, a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere do Couto, acompanhada da coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, levou a campanha para o Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública, TJMG, Fórum Lafayette e o Fórum Unidade Raja.

De acordo com a juíza Rosimere Couto, ao abraçar a campanha, o plano faz alerta aos magistrados sobre a importância dos cuidados de doenças, como a desse mês (câncer de próstata), e no cotidiano ao promover programas como o Check-up da Amagis

Saúde e o Amor à Vida.

Para incentivar a prevenção ao câncer de próstata, os usuários do plano que realizaram, no mês passado, o exame PSA (Antígeno Prostático Específico, na sigla em inglês), tiveram isenção da taxa de coparticipação. É importante ainda fazer o exame clínico com o urologista.

A novidade da campanha, neste ano, foi a parceria com o Centro de Estética Avançada Luven, que propiciou uma sessão de massagem aos participantes da ação. A Luven é conveniada à Amagis e oferece serviços com preços especiais para os associados.

Entre as várias doenças que afetam os homens, estão a infecção urinária, fimose, diabetes, hipertensão arterial, disfunção erétil, arritmia cardíaca e o acidente vascular cerebral (AVC). Hábitos de vida saudável e a prevenção são a melhor medida para evitar esses males. Saiba mais no infográfico ao lado. ●



Amagis Saúde promoveu a campanha Novembro Azul no TJMG

### CHECK-UP DO HOMEM

#### 20 A 35 ANOS

**PRESSÃO ARTERIAL:** identificar hipertensão e fatores de risco para doenças cardiovasculares

**ULTRASSOM DE ABDÔMEN:** examina existência de pedras biliares e verifica a condição renal

**HEMOGRAMA:** avalia taxas de lipídios, triglicérides, colesterol e glicose. Identifica anemia e infecções

**EXAME DE URINA:** avalia níveis de substâncias como glicose e taxa PH. Identifica sinais de desidratação e pode atestar infecções

**TESTES RÁPIDOS DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS:** diagnóstica HIV, hepatites B e C, e sífilis.

#### 35 A 45 ANOS

Além dos exames que já eram feitos anteriormente, também são necessários:

**TESTE DE GLICEMIA (HEMOGRAMA):** verifica o nível de glicose e diagnostica o diabetes

**TESTE DE TIREOIDE (HEMOGRAMA):** avalia os níveis do hormônio da tireoide (TSH) no sangue. Taxas inadequadas são indícios de hipotireoidismo

#### A PARTIR DE 45 ANOS

**TESTE DE PSA (HEMOGRAMA):** atesta a taxa do antígeno prostático específico, que é uma substância produzida pelas células da próstata. Níveis elevados desse composto podem ser sintomas de problemas no órgão.

**ULTRASSOM DE PRÓSTATA:** verifica anomalias no órgão, como o aumento de tamanho.

#### A PARTIR DE 50 ANOS

**COLONOSCOPIA:** avalia órgãos e mucosas do sistema digestivo e detecta anomalias, como nódulos e ressecamentos. A intenção é diagnosticar doenças ainda nos estágios iniciais

**DOPPLER:** permite a avaliação do sentido do fluxo sanguíneo e a circulação.

## Conselho autoriza inclusão de sobrinhos na Amagis Saúde

### Decisão atende a pedido de magistrados e amplia grupo familiar

**Em atendimento à solicitação de vários magistrados, o Conselho Gestor de Saúde aprovou, no dia 18 de novembro, a inclusão de sobrinho e sobrinho neto de magistrado titular da Amagis Saúde como dependente no plano. De acordo com a deliberação, serão incluídos novos beneficiários com até 48 anos.**

Além de atender a uma reivindicação dos associados, o Conselho Gestor observou o aspecto econômico da inclusão desses novos beneficiários, uma vez que serão incorporados ao plano pessoas mais jovens, amplia e renova a carteira de usuários da Amagis Saúde.

A partir de sua inclusão no plano, os sobrinhos dos magistrados terão acesso aos programas de assistência à saúde promovido pela Amagis como o Amor à Vida e o Check-up (a partir dos 35 anos), e ao atendimento ambulatorial realizado na sede da Associação, onde são realizadas consultas com cirurgiões dentistas e um médico clínico.

Para incorporar os sobrinhos na Amagis Saúde, o titular do plano

GEORGIA BACVAROFF



**Conselho Gestor de Saúde reunido na sede da Amagis**

deve preencher o requerimento de inclusão de agregado disponível no site [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br) e entregar toda documentação exigida. Mais informações podem ser obtidas no setor de cadastramento, com Rosângela Corrêa, por meio do telefone (31) 3079-3421 ou pelo e-mail [rosangela@amagis.com.br](mailto:rosangela@amagis.com.br).

Participaram da reunião, a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere

do Couto, o vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e os magistrados Edison Feital Leite, Paulo Mendes Álvares, Flávia Birchal de Moura, Kenea Márcia Damato de Moura Gomes, Guilherme de Azeredo Passos, Marcos Alberto Ferreira, além da coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, e da representante da Consultoria Oliveira Rodarte, Fernanda Oliveira. ●

## ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

GEORGIA BACVAROFF



**Lisliê Gomes e Charles Dias**

**Controladoria** – O setor é composto por Charles Guimarães Dias e Lisliê Cristina Gomes, que são responsáveis pelo controle financeiro do Plano de Saúde. A controladoria tem entre suas incumbências receber as mensalidades e taxas de coparticipação do plano e pagar as faturas dos prestadores de serviço, mediante apresentação de notas fiscais. Lisliê recebe ainda e encaminha as demandas referentes à Ouvidoria da Amagis Saúde para a juíza e ouvidora Kenea Márcia Damato de Moura Gomes. Para a Ouvidoria, são encaminhadas denúncias, reclamações, elogios, consultas e sugestões dos usuários do plano. ●